

Caso Cohab: Gasparini e familiares são denunciados por lavagem de dinheiro

Ex-presidente, filha, esposa, sogra e o ex-diretor financeiro também devem responder por organização criminosa

TISA MORAES

O Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), do Ministério Público Estadual (MP), ofereceu denúncia à Justiça contra o ex-presidente da Cohab de Bauru Edison Bastos Gasparini Jr, três familiares dele e um ex-funcionário da companhia por crimes de formação de organização criminosa e lavagem de dinheiro. Os nomes dos denunciados não foram informados pela investigação, mas, conforme o JC apurou, eles são, além do ex-presidente, a esposa dele, Izabel Cristina Gonçalves Dias Gasparini; a filha Mariana Gonçalves Dias Gasparini; a sogra, Maria Luzia Giacometo Dias; e o ex-diretor financeiro da Cohab, Paulo Sérgio Gobbi.

A nova ação penal irá tramitar na 4.ª Vara Criminal de Bauru, sob sigredo de Justi-

ALÉM DE GASPARINI

Izabel, Mariana, Maria Luzia e Paulo Sérgio estão na denúncia

ça, devido aos dados fiscais e bancários anexados ao processo, que possui 565 folhas e é resultado de investigações realizadas na segunda fase da Operação João de Barro. A ação do Gaeco, conforme o JC vem noticiando, foi deflagrada em dezembro de 2019, quando os promotores descobriram um desvio de R\$ 54,8 milhões da Cohab, que teriam sido sacados por funcionários em agências bancárias entre 2007 e 2019, a mando de Gasparini Jr., sob a justificativa de que seriam usados para o pagamento do seguro habitacional, o que nunca ocorreu, segundo a Caixa.

Agora, na nova denúncia, o MP imputa aos cinco denunciados crime de organização criminosa utilizada para a promoção de quase uma centena de lavagens de dinheiro, provenientes deste peculato praticado contra a Cohab. Segundo o Gaeco, “uma profunda investigação conduzida ao longo de meses” buscou apurar a realidade patrimonial de Edison e sua família.

QUEBRA DE SIGILO

Após a produção de provas, especialmente por meio da quebra de sigilo bancário e fiscal, os promotores afirmam ter constatado que os investigados promoveram a lavagem do dinheiro subtraído dos cofres públicos por meio de diversos métodos, como a constituição de produtoras rurais, compra e venda de propriedades urbanas e rurais, ocultação de bens e valores (de gado, café e dinheiro em espécie), bem como movimentação fraudulenta de contas bancárias, tal como fracionamento de grandes quantias em valores menores (prática conhecida como estruturação ou smurfing) e mistura de recursos lícitos com ilícitos (mescla patrimonial ou commingling).

O MP também informou que identificou número expressivo de transações imobiliárias, rurais, comerciais e bancárias realizadas com a finalidade de lavar o dinheiro



Samantha Cuffa/JC Imagens

Gasparini Jr. presidiu a Cohab durante três governos seguidos e agora foi novamente denunciado pelo Ministério Público

proveniente, direta e indiretamente, dos desvios da Cohab. Antes desta nova denúncia, o Gaeco já havia realizado o sequestro cautelar de casas, apartamentos, chácaras, fazendas, gado, café e automóveis dos denunciados, bem como o bloqueio de contas bancárias e apreensão, no dia em que a operação foi deflagrada, de R\$ 1,6 milhão, US\$ 30 mil valores menores em libras esterlinas e euro em imóveis de Gasparini Jr.

OUTRAS AÇÕES

Finalizada a segunda denúncia da Operação João de Barro, os trabalhos de investigação sigilosa do Gaeco prosseguem, com o objetivo de apurar outros possíveis crimes de lavagem de capitais, com o envolvimento de novas pessoas. Gasparini Jr., a filha, a esposa e a sogra dele

já respondem, desde julho de 2021, junto com mais quatro pessoas ligadas à Cohab, a ação civil pública por enriquecimento ilícito, dano ao erário e violação dos princípios administrativos.

Uma segunda ação civil pública, protocolada pelo MP em fevereiro de 2022, apura a prática de improbidade administrativa em razão de uma viagem feita pelo ex-presidente da companhia habitacional e duas funcionárias à Bélgica para um evento que nunca teria ocorrido. Já a primeira ação penal protocolada no contexto da Operação João de Barro foi ajuizada em maio de 2021 para apurar a prática de peculato e formação de organização criminosa, em que Gasparini Jr., Paulo Sérgio Gobbi e outras três pessoas vinculadas à Cohab são réus.



Matwolla Jr.

Família foi denunciada por organização criminosa para a promoção de lavagens do dinheiro desviado da Cohab

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal da Cidade - Bauru/SP

Seção: Política Pagina: 4